PARECER TÉCNICO JURÍDICO 009/2025

Referência: Projeto de Lei nº 025/2025 de 30 de julho de 2025.

Autoria: Executivo Municipal.

Ementa: “INSTITUI O PROGRAMA EMERGENCIAL DE AUXÍLIO-DESEMPREGO MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE LUTÉCIA/SP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RELATÓRIO

Foi encaminhado o Projeto de Lei Complementar nº 25/2025 que institui o programa emergencial de auxílio desemprego no município de Lutécia/SP e dá outras providências.

Em suas considerações, o Executivo justifica que o projeto de lei tem como programa atender diversas famílias lutecianas, muitas das quais se encontram sem fonte de renda estável, comprometendo sua subsistência, dos quais serão concedidos uma bolsa-auxílio mensal equivalente a meio salário mínimo vigente, além de exigências de participações obrigatórias em cursos de qualificações, reforçando seu caráter formativo, reintegrador e preparatório para o retorno ao mercado de trabalho.

Em síntese, eis o relato dos fatos.

Passo à análise jurídica.

DA ANÁLISE JURÍDICA

DA COMPETÊNCIA E DA INICIATIVA

BERGONSO

Sociedade de advogados

CNPJ Nº 27.862.110/0001-19

O presente projeto versa sobre a matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I, da CF/88:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

De igual modo, disciplina a Lei Orgânica em seu art. 46, inciso IX, que é de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal:

Art. 46 – Compete privativamente ao Prefeito Municipal, relações jurídicas, políticas e administrativas, além de outras previstas nesta Lei Orgânica.

(...)

IX- Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta lei;;

(...)

Assim, não há vício de iniciativa no projeto, que foi apresentado pelo chefe do Poder Executivo.

DA MATÉRIA

Quanto à matéria esta, se reveste de evidente interesse público e atende aos anseios da sociedade, haja vista a notória necessidade emergencial .

Assim, não nos restam dúvidas, que a matéria proposta no presente projeto de Lei em análise, atende os anseios da sociedade, pois busca de todas as formas alcançar e auxiliar pessoas em situação de vulnerabilidade.

DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A lei Complementar n.101/2000, contempla algumas condicionais para as criações de ações que acarretem aumento de despesas, conforme artigos 16 e 17 da referida Lei:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: [\(Vide ADI 6357\)](#)

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

Ainda:

BERGONSO

Sociedade de advogados

CNPJ Nº 27.862.110/0001-19

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. [\(Vide ADI 6357\)](#)

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. [\(Vide Lei Complementar nº 176, de 2020\)](#)

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. [\(Vide Lei Complementar nº 176, de 2020\)](#)

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. [\(Vide Lei Complementar nº 176, de 2020\)](#)

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias. [\(Vide Lei Complementar nº 176, de 2020\)](#)

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar. [\(Vide Lei Complementar nº 176, de 2020\)](#)

BERGONSO

Sociedade de advogados

CNPJ Nº 27.862.110/0001-19

Sendo assim, o impacto financeiro e orçamentário busca satisfazer a exigência constante do supracitado artigo 16, não devendo se olvidar da necessidade de também satisfazer a exigência constante do supracitado artigo 17.

DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Assessoria Jurídica opina pela **IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA** da tramitação, discussão e votação do projeto de autoria do Poder Executivo, uma vez não enviado ao projeto, impacto financeiro para resguardar as diretrizes elencadas nos artigos supra, da Lei complementar n. °101/2000.

A emissão de parecer por esta Assessoria não substitui o parecer das Comissões Permanentes, uma vez que a opinião jurídica aqui formalizada não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Salienta-se expressamente que o parecer jurídico, ora exarado, é de caráter meramente opinativo, sendo que a decisão final a respeito, compete exclusivamente aos ilustres membros desta Casa de Leis.

É o parecer, s.m.j.

Lutécia/SP, 04 de agosto de 2025.

LUCIANO SOARES BERGONSO

CNPJ N.º27.862.110/0001-19